

AS (RE)(RE)DESCOBERTAS DO BRASIL – VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SUJEITO E DISCURSO

Emilio Gozze Pagotto
UNICAMP

Resumo: Este artigo propõe uma crítica à produção sociolinguística brasileira na sua eterna busca de descortinar a realidade linguística do país, como forma de mudar a relação com a língua no Brasil. Essa crítica está fundamentada na noção teórica de sujeito da sociolinguística, que, por ser esvaziada politicamente na sua proposição, pode trabalhar a serviço dos próprios projetos políticos a que a produção sociolinguística almejaria se contrapor.

Abstract: This article presents a criticism of Brazilian sociolinguistic literature that intends to show Brazilian linguistic reality as a way to change the language relationship in Brazil. This criticism is based on the theoretical sociolinguistics concept of subject, which can be at the service of political projects that sociolinguistic literature would like to oppose against, because this notion is proposed as a politically empty one.

Há uma obsessão. Há uma exasperação, como se houvesse uma missão quase divina, uma obrigação inevitável de descobrir o Brasil, de inventá-lo, de mostrá-lo, de esfregá-lo na cara de si próprio, produzindo espelhos que deveriam ser do cristal mais puro, que não deixasse a menor sombra de dúvida: este é o Brasil.

1. As escolhas que se fazem são, de alguma maneira, políticas. No caso das escolhas empíricas, implicam o engajamento em um certo projeto político, ainda que entendido não como necessariamente um gesto de vontade do pesquisador, porém muito mais por determinações ideológicas – e por que não dizer, discursivas – que especificam as janelas para o mundo que hão de se abrir. Nesse sentido, aspectos latentes da teoria em questão são sintomaticamente silenciados e esquecidos, e esses movimentos de silenciamento

denunciam justamente as opções que se fizeram e os projetos políticos a que se encontram vinculados os projetos científicos.

2. Os trabalhos em variação linguística (estou tomando aqui o campo normalmente rotulado como dialetologia, geografia linguística e, em especial, a sociolinguística de base laboviana) são movidos por um afã, uma sofreguidão em descobrir o Brasil, às vezes beirando o patético, especialmente considerando o fato de que tais descobertas implicam, quase sempre, um aparente confronto com setores mais conservadores e tradicionais da sociedade. Este confronto só me interessa aqui na medida em que a sociolinguística no Brasil é tributária – e dá prosseguimento – do mesmo projeto político da geração que a precedeu e com a qual, em princípio, desejou ter rompido. São no mínimo interessantes, então, esses confrontos com os setores mais tradicionais da sociedade, porque, como pretendo demonstrar, é possível detectar, no interior do próprio trabalho da sociolinguística, a reafirmação dos mesmos projetos conservadores de nação, daqueles setores com os quais parece entrar em confronto. Ver, por exemplo, a polêmica mais recente que teve como pivô o livro que ensina errado. Mais uma.

E este gesto de continuidade – que é explícito na dialetologia e implícito na sociolinguística – tem a ver com as escolhas que se fazem – no campo de trabalho dos respectivos quadros teóricos – na direção de silenciar aspectos que demandariam elaboração, o que, no final das contas, faria a própria reflexão teórica avançar como um todo.

3. Tanto a dialetologia quanto a sociolinguística laboviana são herdeiras da linguística histórica do século XIX, especialmente das questões que emergiram no rastro do trabalho dos assim chamados neogramáticos. No caso da dialetologia, surge mesmo no interior de um intenso debate sobre o papel do funcionamento social no processo de mudança linguística e o alcance da super-generalizações das leis de mudança linguística. Esse debate é, de certa maneira, adiado pelo projeto estruturalista, que se impõe como modelo hegemônico de explicação dos fenômenos linguísticos, e ressurgirá com mais força nos debates dos anos 60, especialmente aqueles que emergiram dos trabalhos da Teoria da Variação e Mudança.

A Teoria da Variação e da Mudança é, desta forma, também tributária desta tradição e basta compulsar alguns textos labovianos, desde os primeiros até os mais recentes, para constatar que são fortemente vinculados às questões de mudança linguística, procurando fazer avançar os problemas deixados em aberto pela agenda do século XIX, abortada pela ruptura imposta pelo estruturalismo.

4. No que concerne ao estudo da variação no âmbito da Teoria da Variação e da Mudança, duas questões de fundo permanecem, no entanto, sem a devida elaboração:

- 1) Qual é o lugar do sujeito na variação?
- 2) Que teoria do sentido permitiria vincular o funcionamento das formas variantes ao funcionamento social?

A primeira questão é abordada já em WEINREICH, LABOV e HERZOG (1968) e LABOV (1972), com o conhecido axioma segundo o qual o lugar do sistema variável é a comunidade linguística e que ele se constitui na intersubjetividade (a expressão é do próprio Labov, 1972, p.248).

Esta assunção nos leva a pensar no processo de enunciação, com uma pergunta que poderia ser candidamente formulada assim: o que se dá quando se enuncia uma ou outra forma variante, a cada vez que é enunciada? Na mesma linha da candura, outra pergunta, cutucando a contradição é: como conceber o processo de implementação e propagação das formas linguísticas, se o sujeito falante, como indivíduo, não tem lugar na teoria?

A segunda questão (que teoria do sentido permitiria vincular o funcionamento das formas variantes ao funcionamento social) aparece resvalada em diversos trabalhos, nos quais as formas linguísticas são analisadas segundo sua vinculação a rótulos sociais como sexo, classe social, escolaridade, etc. A leitura que se faz dessas correlações é – via de regra – aquela inspirada pela dialetologia: no espaço social, grupos de indivíduos se isolam em alguma medida, e o que se vê como resultado seria fruto de tais dialetos sociais.

Tal perspectiva não dá conta:

- 1) Do fato de que, na própria metodologia da pesquisa, um mesmo falante é tomado como fonte de mais de uma categoria social;
- 2) Do fato de que há falantes mal comportados. Eles não se enquadram no comportamento dos grupos cobertos por cada rótulo.

Tudo isto aponta a necessidade de investir teoricamente no debate de tais questões, o que seguramente constitui um campo de pesquisa bastante interessante e desafiador, que já tem sido objeto de alguns trabalhos.

5. Os estudos linguísticos no Brasil sempre tiveram uma relação de tensão, de estranheza ou de proximidade com a nação.

Correndo o risco inerente das generalizações, proporia dois vetores que guiam essa relação que eventualmente podem corresponder a fases no tempo na maior ou menor predominância de uma ou de outra – mas que não gostaria de colocar como fases sucessivas, mas como gestos que podem ser concomitantes em um mesmo tempo:

- 1) A negação do Brasil
- 2) A incorporação do Brasil

Tendo o primeiro vetor como predominante, poderíamos localizar os trabalhos desenvolvidos a partir de 1870/80, sob a égide da Linguística Histórica, correspondendo à emergência da própria produção gramatical brasileira. Há nesta fase a preocupação central de operar com a unidade do português – que teria como correlato a negação dos falares brasileiros. Ao mesmo tempo, já se percebe nestes trabalhos a tentativa de incorporar o Brasil, de fazê-lo falar. No caso, a saída encontrada é a incorporação do léxico brasileiro, como expressão da cultura nacional.

Sob a predominância do segundo vetor, há uma descoberta do Brasil como língua. Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, Mário de

Andrade, Serafim da Silva Neto, dentre outros, são representantes desta manifestação, cujo maior esforço esteve destinado a erigir as bases de uma dialetologia nacional. Há um decalque: o gesto europeu de descoberta de si, com um modelo que, quando não explícita, toma por base a unidade normativa estabelecida anteriormente em duras batalhas. As nossas variedades linguísticas são assim buscadas para compor o desenho do caleidoscópio nacional – um grande vitral cuja centralidade é o português uno – língua normatizada, patrimônio a preservar, tendo as diversas variedades como a sua contraparte real e exótica.

É quase impossível desvincular esse gesto de pesquisa do projeto de nacionalidade que busca raízes em tipos que tentam transcender a abstração do povo e da língua, mas que não deixam de ser arque-tipos que conteriam a essência do nacional. Esse afã empirista redundaria no grande Projeto NURC – o primeiro grande esforço de registro em áudio da fala brasileira, não por acaso, da fala escolarizada.

Precisamos nos conhecer.

É interessante observar que o corpus do projeto original teve seu objetivo inicial alterado quando a realização do Projeto Gramática do Português Falado, cujos resultados deixam de rotular ou enfatizar o **padrão brasileiro**, para empregar a expressão **português do Brasil** ou **português brasileiro**.

6. Uma outra frente de trabalho se abriu com a implantação das pesquisas variacionistas de inspiração laboviana – concomitantemente a outras linhas de pesquisa da Linguística, nos anos 70.

Essa nova redescoberta do Brasil se coloca como uma ruptura com o eixo anterior pela não explicitação de uma vinculação a uma visão de unidade da língua ou o estatuto de centralidade do português normativo padronizado. Trata-se de mostrar a língua “como ela é e acontece”, descobrir de fato o que ficara encoberto. Olhar para a cidade – e não para a essência da língua do interior; olhar de perto, gravando e registrando.

Mas esta ruptura com o projeto anterior é aparente. As lacunas no próprio modelo de análise – a Teoria da Variação e da Mudança – colorariam esta nova fase de redescoberta no mesmo eixo anterior –

reafirmando e vinculando-se a um projeto de nação que também se revigora no final do período da ditadura.

Do que estamos falando afinal? Não trazem essas pesquisas um enorme conjunto de dados lingüísticos sistematizados do português das cidades brasileiras? Não fala por meio delas a nossa língua brasileira? Penso que seja uma meia língua, ou uma língua que fala pela metade, porque certas questões centrais do modelo não foram encaradas, o que leva a uma visão de língua que, no final das contas, reafirma o projeto político de nação que sustentava o movimento anterior.

Vejam os. O projeto de nacionalidade da República tinha como objetivo central a formação do povo, a transformação das pessoas em povo, nos moldes da civilização europeia. Isso implicava um enorme esforço para levar a civilização à massa de negros e mestiços, como forma de possibilitar a formação de uma nação que se alinhasse à civilização ocidental. O projeto não se implementa de fato, mas cria uma clivagem que se efetua tanto discursivamente quanto por meio de mecanismos materiais: os que estão dentro e os que estão fora da nacionalidade plena.

Os movimentos da intelectualidade a partir dos anos 20 vão buscar superar tal clivagem pelo mergulho na compreensão da realidade brasileira, procurando trazer para o centro da cena as formações diversas da cultura brasileira: a música, as danças, história, culinária, etc. etc. Associadas à ditadura do Estado Novo, tais descobertas vão exacerbar as manifestações nacionais, sem contudo superar a clivagem instaurada. Isto porque o povo é este outro que está lá fora, sem deter ainda as formas de cultura necessárias para a sua entrada no mundo ocidental.

Tem-se assim um movimento de avanços prenhe de uma contradição inexorável: quanto mais a especificidade desta cultura se descobre e se revela, mais distante esta massa é posta, mais o fosso se amplia.

No caso da língua, a contradição se apresenta cristalina, já que a posse da língua erudita é o grande índice do saber norteador da grande civilização. Assim, quanto mais se aproxima das formas da língua fluida, que oscila, segue, volta, vira música e embala as tristezas e as

alegrias do dia a dia, mais se reafirma a distância daqueles que é preciso incluir, para se conseguir a nacionalidade plena.

(Corta para a reportagem de rua. A repórter aproxima o microfone do menino na feira e pede:

- Canta.

Os primeiros versos vêm como as músicas em inglês no baile popular, as palavras apenas como sons de uma língua estranha que se quer fazer ter sentido:

- Ouviram do Ipiranga as margens plácidas...

A partir do terceiro verso, já são só algumas palavras:

..o sol fúlgidos
 instante

Até que só se ouvem murmúrios. Até que cessa a música, que dá lugar a um sorriso constrangido. O riso amarelo da vergonha dos que não chegaram lá.)

A ausência de uma teoria do sujeito e de uma teoria do sentido das formas variantes são, como já disse, duas questões correlacionadas.

Como não está elaborada claramente uma teoria do sujeito da variação, esta posição se mostra vazia, e este vazio é preenchido na leitura que se faz do discurso variacionista que tenta fazer falar o Brasil. É esta indistinção do sujeito, a falta de uma visão clara sobre quem ele é, que abre o flanco para a sua constituição no âmbito de um discurso de nação que projeta um sujeito a partir de um determinado projeto político.

Vou dar um exemplo disso: no Brasil, o grau de escolaridade é, em geral, a categoria utilizada para retratar o funcionamento da sociedade – ao invés de classe social, por exemplo. Ora, o que fala aqui? Pode ser que eu esteja enganado, mas é o mesmo sujeito **povo** dos primórdios da república: aquele que se quer civilizar para que possa alcançar os patamares do mundo desenvolvido europeu – a civilização ocidental; aquele que se quer incluir desde que possua o passaporte

necessário para entrar na barca da nação; o mesmo que precisa, para isso, aprender sintaxe, aprimorar o léxico, para conseguir cantar o hino nacional dignamente. O discurso da redenção pela educação formal, que volta com força na “Nova República” e durante os governos seguintes, não é muito diferente daquele encontrado nos projetos esclarecidos e bem intencionados (ou nem tanto) da república recém-implantada no final do século XIX. (Num plano mais objetivo, a possível utilidade para a melhoria do sistema educacional costuma fazer, inclusive, parte da retórica dos projetos, para seduzir as agências de fomento. Raramente a retórica dos projetos se centra numa questão teórica de fundo para a qual se deseja buscar a resposta – e não estou dizendo que elas não existam ou não estejam na mira dos projetos. É preciso conhecer o Brasil. É preciso mostrar o Brasil. O Brasil não conhece o Brasil. É preciso mostrar o Brasil aos brasileiros. Indo um pouco mais longe, é possível ver os ecos do discurso de uma certa historiografia regional, que constrói identidades de cima para baixo, sob o mote de que “é preciso conhecer para amar”, frase que tomo de Franklin Cascaes, grande folclorista e artista plástico da Ilha de Santa Catarina).

Um exercício meio bobo de se fazer é imaginar que, na medida em que a escolarização crescer, os processos de variação no Brasil tenderão a decrescer, pela convergência dos falantes dado seu ingresso na educação formal. Se não decrescerem – claro – é o sistema educacional que precisa melhorar.

A ausência de uma teoria do sentido das formas variantes, que incorpore a contradição como inerente ao seu funcionamento, abre a porta para um gesto puramente correlacional, em que os falantes, no final das contas, acabam sendo concebidos como grupos de indivíduos cuja **vontade** é o motor responsável pela variação. Ora, o apelo à vontade tem sido o vetor determinante dos discursos civilizatórios em voga nos últimos anos, desde o equilíbrio das contas domésticas até o abandono do cigarro e a adoção de práticas sadias, passando pelo equilíbrio emocional que deve ter o trabalhador, a necessidade de investir em sua formação, etc. etc. etc. Ser civilizado é ser saudável e competente de competências múltiplas.

O que dizer do sujeito urbano, então?

O estudo da variação tem comportado tradicionalmente dois lugares de empiria: cidade e campo (ou, cidade e “interior”). O empreendimento dialetológico consistiu basicamente da descoberta do campo, do Brasil na sua essência, da essência do ser brasileiro. O empreendimento sociolinguístico variacionista tem como campo o palco da cidade.

No primeiro caso, o projeto é construído sob a égide da unidade na diversidade, enunciado fundador de Serafim da Silva Neto. No segundo caso, o projeto se apresenta, como mencionei, como uma aparente ruptura com o projeto anterior. Busca-se o dinamismo da cidade. Porém, é sintomático como termina repetindo o primeiro quando envereda suas constatações em processos gramaticais que se repetem pelos vários dialetos brasileiros, como é o caso da concordância nominal e verbal.

Veja-se, a propósito que proliferaram pelo Brasil grandes projetos de constituição de bancos de dados que se repetem na sua forma geral de organização, deixando de apreender a especificidade de cada cidade, suas contradições internas, seus jogos de identidade, seja no seu interior, seja na sua relação com o outro: outras cidades, o campo, o interior e o nacional. O mais interessante é que, quando há tais gestos na direção da especificidade, eles não reverberam, não produzem efeito sobre a produção nacional. Como já aponte, isto se dá porque as questões de fundo do interior da sociolinguística não estão problematizadas e, por conseguinte, os resultados terminam por se inscrever na direção mais geral das pesquisas brasileiras, em que o sujeito falante é tomado em um único eixo de interpretação: o brasileiro incluído e o brasileiro a ser incluído.

A sociolinguística variacionista tem se ocupado da cidade, mas sem tomar, de maneira sistemática, o sujeito do urbano como objeto de estudo na sua relação com a língua: o que é, a que forças está submetido? Acresce a isto o fato de que o urbano, como teia de funcionamento imaginário e conjunto de práticas sociais, não é mais exclusivo das cidades territorialmente definidas como tal; avança sobre todos os territórios.

O sujeito da variação é, nesse sentido, o sujeito do urbano. Mas é também o sujeito do “regional”, constituído na relação com o nacional e com o regional, seu vizinho ou não. Ocorre que o sujeito do urbano é

também o sujeito da civilização. É aqui que podemos encontrar a maneira como se volta aos projetos de nação. Desde a República, a nação é um projeto futuro, dentro do qual os viventes precisam de passaporte para entrar: ser urbano e ser civilizado.

Como o sujeito da variação é o sujeito do urbano, ele está submetido às injunções dos mesmos discursos da nacionalidade, que o interpelarão: ser brasileiro MAS ser civilizado. Uma vez que a sociolinguística variacionista não trabalha claramente como o sujeito se constitui, os resultados que encontra, no caso do Brasil, terminam por se inscrever na mesma teia de discursos que constituem o brasileiro: o ser Brasil e o ser civilizado.

7. Perspectivas: os comentários anteriores permitem entrever direções de pesquisa para o estudo da variação no Brasil, de maneira a, a um só tempo, desdobrar o próprio objeto bem como, por meio deste desdobramento, voltar-se para as questões teóricas e, assim, trabalhar não apenas no plano descritivo:

- 1) Incorporar as tensões e as contradições do funcionamento da sociedade brasileira, colocando no palco da variação linguística a relação do sujeito com a língua na forma em que esta constitui o “ser brasileiro”;
- 2) Apontar para a relação entre o regional e o nacional; entre o que é tomado como centro – o urbano – e o que é tomado como fora;
- 3) Pensar os percursos históricos da língua brasileira, a partir desses pressupostos. Isso implica superar a visão de linguística histórica apenas como diacronia, e a visão de história social da língua apenas como a história demográfica, e o jogo sociolinguístico apenas como contato e interação social.

Há uma obsessão. Há uma exasperação, como se houvesse uma missão quase divina, uma obrigação inevitável de descobrir a nação. Mas é preciso superar o eco – tantas rimas em **a** da canção do sabiá;

tantas rimas em **ão**, da invenção da nação. O eco do mesmo mesmo a dar mil voltas a esmo.

Referências bibliográficas

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. (1968) “Empirical Foundations of a Linguistic Theory of Change”. In: W. Lehmann & Y. Malkiel (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press.

LABOV, W. (1972a) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

Recebido em: outubro/2015

Aceito em: novembro/2015